

Jornal do Professor

Adufg
SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS – ANO III- Nº 15 – MAIO/JUNHO DE 2014

EDITORIAL

Vitória da democracia

Os professores da UFG participaram de um grande evento da Adufg Sindicato, que foi a eleição para a nova diretoria (triênio 2014-2017). A condução do processo foi realizada pela Comissão Eleitoral, presidida pelo professor Marcos Corrêa Loureiro, que recebeu elogios de ambas as chapas concorrentes e da comunidade docente, pela maneira democrática e transparente das eleições.

Nesta edição do **Jornal do Professor** trazemos algumas entrevistas significativas como a do presidente da Comissão Eleitoral e a do presidente eleito, professor Flávio Alves da Silva. Propomos ainda uma análise dos números das eleições, que, quando observados em separado, revelam nuances do comportamento político do movimento docente na UFG.

Outro destaque desta edição de maio/junho é a reportagem, na página 16, que conta um pouco a trajetória do professor aposentado e ativo na docência como voluntário, Colemar Arruda. Primeiro doutor da Engenharia Elétrica e formado na primeira turma, ele é um dos nomes mais importantes no processo de desenvolvimento da eletreficação no Estado de Goiás.

E como não poderia deixar de ser, o **JP** traz artigos de opinião dos professores da Educação Física, Caio Antunes e Cátia Regina Assis Leal, sobre a Copa do Mundo 2014. Cátia se detém à análise da função social do esporte no tempo e seu desenvolvimento no Ocidente. Já Caio nos instiga à reflexão política engajada, com um texto fluido e irônico.

A todos os professores da UFG, desejamos uma boa leitura, entusiasmo e alegria!

Contato com a redação

(62) 3202-1280

jornaldoprofessor@adufg.org.br

Fotos: Macloys Aquino



COLEMAR ARRUDA – Graduado na primeira turma e primeiro engenheiro doutor da Engenharia Elétrica, o professor aposentado continua como voluntário na unidade. “Gosto muito de conviver com alunos”. **Página 16**

ELEIÇÕES NA ADUFG SINDICATO

Lisura marca vitória da Chapa 01

Escolha da nova diretoria se dá em processo respeitoso

Consenso na comissão eleitoral garante eficiência

Novo presidente promete ação sindical forte **Páginas 6 a 9**



*Flávio Alves,
diretor presidente*



*Edsaura Pereira,
diretora secretária*



*Daniel Christino,
vice-presidente*



*Mª Auxiliadora, assuntos
de aposentados*



*Anderson Borges,
diretor administrativo*



*Peter Fischer, assuntos
de aposentados*



*Luciana Elias,
adjunta financeira*



*Ana Kratz, diretora
financeira*



*Thyago Marques,
adjunto administrativo*



*Bartira Santos,
adjunta secretária*

SISU

FE faz contraponto à adesão da UFG

Em nota, faculdade aponta risco de aprofundamento de diferenças regionais. **Página 10**

EA

Corte de eucaliptos gera polêmica

Derrubada de árvores de até 40 anos indigna professores. Assunto foi pauta do CD. **Página 11**

OPINIÃO

‘Que a copa traga radicalização às lutas’

Caio Antunes, da FEF, desenha quadro social brasileiro e discute efeitos do mundial. **Página 2**



Cátia Regina Assis
Almeida Leal*

Sediar a Copa: soberania nacional ou nação à venda?

O esporte moderno com caráter competitivo – surgido no âmbito da cultura europeia por volta do século XVIII e de lá expandido para o mundo – é resultante da modificação de elementos da cultura de movimento (jogos populares) das classes populares e da nobreza inglesa. Decorre dos processos de industrialização, urbanização e regulamentação, elementos que coadunam com os novos padrões e condições de vida da sociedade emergente naquele contexto, com as quais os jogos populares não eram mais compatíveis. O esporte moderno, com essas características, torna-se então a expressão hegemônica da cultura de movimento. Estudiosos da área afirmam que os princípios que passam a reger a sociedade capitalista industrial são incorporados pelo esporte. Considerando isso, não é difícil prever a serviço de quem, ou a favor de quem ele está.

O futebol, uma das manifestações do esporte moderno, é definido por muitos como o esporte do povo, também é conhecido como o ópio do povo. Nessa perspectiva ele aliena, massifica, exclui, quantifica, burocratiza, racionaliza, disciplina, conforma, em síntese, mantém o espírito da cultura dominante. O *locus* privilegiado para a reprodução desses princípios é o esporte de rendimento cujo ápice se materializa nos megaeventos esportivos, como exemplo Copa do Mundo.

O que significa sediar e ter êxito num megaevento esportivo? No limite significa a supremacia e soberania de uma nação campeã. Significa que se uma nação possui supremacia em determinada modalidade esportiva, em alguma medida, essa representação pode ser universalizada para outras esferas, como economia, política, entre outras. Isso explica porque é tão importante galgar êxito em um megaevento esportivo. Explica ainda porque as nações eleitas para sediar os jogos despendem recursos (de toda ordem, inclusive simbólicos) para realiza-los e para conquista-los.

Ter êxito num megaevento esportivo significa “vender” uma boa imagem da nação, com um retorno incalculável para essa nação. Se a equipe brasileira de futebol obtiver êxito na Copa do Mundo de 2014, poderemos identificar que efeitos ela renderá ao País, além dos já destacados acima. O que se sabe ao certo é que o investimento para sua realização foi altíssimo, o que não se sabe é sobre o legado desse megaevento. Experiências anteriores de sede de eventos de grande porte, como o último Pan Americano, foram alicerçados no discurso do legado que “sobraria” ao Brasil, afinal toda essa estrutura (re)construída ficaria para quem? Também por experiências anteriores pode-se identificar que os legados não ficaram disponíveis à população brasileira. Essa realidade se apresentará diferente ao findar a Copa do Mundo em 2014? A resposta está para ser dada, mas a possibilidade que se tem de que ela não seja uma repetição de experiências anteriores está na capacidade de articulação e mobilização social que a população brasileira apresenta no último ano. O que é inaceitável é que os legados dos megaeventos esportivos continuem sendo destinados a grupos de interesses, e não a quem é de direito, a população brasileira, que apresenta nesse momento histórico condições de se posicionar no cenário nacional e participar organicamente da construção de uma política nacional esportiva à sua disposição.”

tos de grande porte, como o último Pan Americano, foram alicerçados no discurso do legado que “sobraria” ao Brasil, afinal toda essa estrutura (re)construída ficaria para quem? Também por experiências anteriores pode-se identificar que os legados não ficaram disponíveis à população brasileira. Essa realidade se apresentará diferente ao findar a Copa do Mundo em 2014? A resposta está para ser dada, mas a possibilidade que se tem de que ela não seja uma repetição de experiências anteriores está na capacidade de articulação e mobilização social que a população brasileira apresenta no último ano. O que é inaceitável é que os legados dos megaeventos esportivos continuem sendo destinados a grupos de interesses, e não a quem é de direito, a população brasileira, que apresenta nesse momento histórico condições de se posicionar no cenário nacional e participar organicamente da construção de uma política nacional esportiva à sua disposição. Essa política, pensada pela população, portanto mais coerente com sua realidade social, poderá ser o grande legado da Copa do Mundo de 2014 para a população brasileira, constituindo assim como o efeito mais importante para o próprio País, e como consequência fortalecê-lo diante de outras nações.

*Professora da Faculdade de Educação Física (FEF), da Regional Jataí



Caio Antunes*

Efeitos da copa no Brasil em relação ao mundo

A copa do mundo (assim, com letra minúscula mesmo) já rendeu efeitos ao Brasil em relação ao mundo. Está rendendo e, certamente, renderá ainda bastante mais. Bons efeitos? Certamente! Rendeu e tem rendido uma ampla divulgação de nossas “belezas naturais”, principalmente aquelas – não tão naturais assim – do turismo sexual que, em camisetas de grandes grifes e com cervejas de grandes marcas, poderão “render” ainda muito mais a quem por estas bandas se aventurar.

Obviamente o turismo fará entrar muito dinheiro ao País. Mais do que saiu? Segundo um grande “poeta” do futebol, sim. Mas não entendo muito de poesia, pelo menos não da que ele, perdões, que vossa majestade faz.

Mais algum? Ah sim, claro. Antes tínhamos apenas estádios precários, velhos, uns quase caindo, outros tombados e nossos aeroportos eram caóticos. Os nossos estádios de agora são realmente para gringo ver, desde que não olhe para mais nada em volta, e nossos aeroportos (não todos, porque o de Goiânia...) impressionaram até ex-jogador da seleção estadunidense, que entende certamente tanto de aeroportos quanto de futebol. E como é com estádios, aeroportos e, claro, polícia, muita polícia – e não com outras coisas –, que se faz uma copa do mundo (aludo aqui outro grande “poeta” do futebol), então esta já rendeu, está rendendo e renderá muito mais ao Brasil, só não sei ainda em relação a quem, ou sei.

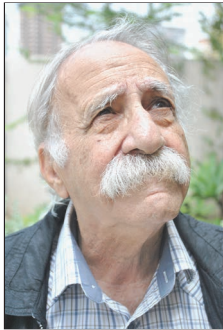
E que efeitos ruins tudo isso nos está rendendo? Está abalando nossa tão grata e bela imagem de povo pacato. Somente as pessoas que assistem apenas muito futebol e frequentam apenas muitos aeroportos ainda pensarão em nós como um povo pacato. As ruas estão em chamas, às vezes literalmente. Mobilizações, manifestações, greves,

atos, marchas tomaram os espaços públicos das cidades. O que pensarão de nós tantos estrangeiros? Não temos vergonha de nos envergonhar assim em relação ao mundo? Mas calma! Para nos corrigir de nossa envergonhada vergonha temos o mais novo (velho) requinte da culinária brasileira: cacete à PM temperado com muita pimenta, servido com jatos de água e balas de borracha (*stick to PM – militar police, in portuguese – tempered with pepper, served with water jets and rubber candy*).

Não seria tudo isso, toda esta onda de protestos, apenas o oportunismo de uma meia dúzia de arrua-ceiros, de vândalos? Ou são muitas meias dúzias ou a única matemática que bate é a da polícia, quase sempre gratuitamente. E isso sim é que é efeito ruim. Não o povo se levantando, reivindicando, lutando por vida digna, mas sim uma polícia com tamanha truculência, uma opinião pública mais privada que a Fifa, um Estado tão submisso aos grandes interesses internacionais e suas metástases nacionais que é capaz de sufocar, comprimir, massacrar sua população, literal e metaforicamente, em nome da manutenção do *status quo* neoliberal.

Que efeitos queremos dessa copa? Que ela traga momentos de radicalização das lutas sociais, em sua forma mais consciente; que toda a população que trabalha, que se apinha em trens, metrô e ônibus por horas do dia possa perceber suas lutas comuns e que possamos juntos lutar por um País mais justo, mais fraterno.”

*Professor da Faculdade de Educação Física (FEF), da Regional Goiânia



RESPINGOS

Hélio Furtado do Amaral

Professor aposentado. Na classificação autoritária do Siape: CLT. Excluído do universo dos docentes

ADUFG: OPOSIÇÃO E SITUAÇÃO NO TEMPO

A partir de uma análise superficial do comportamento de personagens do nosso sindicato, coisa que acompanho desde 1978, quando assumi a primeira presidência da Adufg, traço a hipótese de dois principais grupos políticos. O pensamento da atual “oposição” se identificaria com o grupo que comandou o sindicato entre 1979 e 1993. Neste intervalo, nomes representativos como Mindé Badauy de Menezes e Darcy Costa (ambas da FE), Ana Lúcia da Silva (FH) e Maria Ieda Burjack (IQ) passaram pela diretoria.

O pensamento da atual “situação”, ou movimento de apoio à Adufg Sindicato, se alinha ao grupo que está à frente da entidade desde 1993, quando os professores Abraão Garcia Gomes (IPTSP) e Fernando Pereira dos Santos (Cepae) assumiram presidência e vice-presidência, respectivamente. Houve exceções, com chapas de membros tanto da oposição quanto da situação – que chamo “conciliadoras” –, além de rupturas pontuais. Mas me parece que esses grupos tenderam à homogeneidade nestes dois períodos.

Heterogeneidade

A primeira gestão da Adufg (1978-1979) era um grupo heterogêneo de professores, que se associaram e foram instituídos diretores por aclamação. Isso para garantir a implantação da Associação dos Docentes da UFG no contexto da ditadura civil-militar.

Trampolim

Importante lembrar o ciclo de reitores ou de vice-reitores que passaram primeiro pelo sindicato: Ary Monteiro, Joel Ulhôa, Sérgio Paulo Moreyra (vice do Ricardo Bufaiçal). Houve outros, como Zezuca Pereira da Silva, que foi chefe de gabinete de Bufaiçal.

Aposentados na mira de golpistas

- Docentes aposentados continuam recebendo correspondências de falsários com promessas de recebimento de altas quantias mediante pagamento de “custas processuais” ou “honorários advocatícios”.
- Recentemente, cartas enviadas pelo suposto escritório Central Assessoria Jurídica, de São Paulo (*veja reprodução*), informava o direito a receber R\$ 59.930,07 de carteiras de pecúlio, não sem antes um depósito de R\$ 6.913,07 para “pagar custas”.
- Assessora jurídica da Adufg Sindicato, a advogada Cristina Vendruscolo, tem atendido média de cinco docentes por mês que receberam cartas semelhantes de JUSPREV, Prime Assessoria Jurídica, Globex e outros.
- O golpe tem sido aplicado em Goiás, na Bahia, Minas Gerais e Pernambuco. “Custas processuais devem ser pagas antes de se dar entrada na ação”, alerta Cristina. “Pagamentos de custas e taxas administrativas são feitos por boletos bancários com código de barras”. Ela orienta docentes que receberem esse comunicados a procurarem a Adufg Sindicato.



CENTRAL ASSESSORIA JURÍDICA
MAIO de 2014

MAURO INACIO CARNEIRO
R 109 Q F 32 O LT 32 NR 270
SETOR SUL
74085-090 - GOIANIA - GO

Participantes das carteiras de pecúlio e pensão, CAPSERV PREVIDENCIA, CAPEMI, IBESP - Caixa de Pecúlio dos Militares Mongeral da Família Militar, CAIXA GERAL S/A SEGURADORA, que foram descontados de sua folha de pagamento como aposentadoria complementar cujo o beneficiário foi cancelado sem prévio aviso na ocasião, embora ocorridas há mais de 30 anos, causaram prejuízos por extensão indireta, no acórdão judicial de 2ª Instância, a saber cuja a falência foi decretada por sentença de 20/02/2006 da 1ª Vara Cível do Fórum Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, publicada no Diário Oficial 01/03/2006.

Adicional só para antigos

É uma injustiça apenas docentes antigos serem beneficiados com adicional por tempo de serviço, que exclui professores recentes. O Congresso Nacional já derrubou esse dispositivo da reforma administrativa de 1998. Resta estabelecer sua plena aplicação de acordo com decisão do STF.

O problema é que

Juízes só se preocupam consigo mesmos. Está na pauta urgentíssima do Congresso, dada a pressão do Judiciário sobre o Legislativo, uma PEC que devolve o adicional apenas a magistrados. A PEC permitirá a juízes e procuradores o “direito” de furar o teto salarial do funcionalismo.

Aliás

Por que é que o Congresso não regulamentou até hoje o disposto no Art. 37: “Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos do Poder Executivo”. Provavelmente porque professores, embora do Poder Executivo, não têm sistema equivalente nos outros dois poderes.

Cotas

A reserva de 20% das vagas de concursos públicos federais para negros é válida, mas incompleta. Não inclui indígenas e não considera poder aquisitivo de candidatos, correndo risco de beneficiar apenas negros de classe média alta. Também marginaliza pessoas de idade.

Macloys Aquino



ESTUDANTES EXTREMISTAS – Com ódio, um grupo de estudantes foi à reitoria da UFG no início de maio e, a pretexto de cobrar do reitor Orlando Amaral uma solução para o atraso da bolsa alimentação, escancarou sua visão de mundo extrema e agressiva, em pichações com mensagens homofóbicas e graves acusações infundadas. Rabiscaram no alto do prédio “reitor gay” e “reitor assassino”. Isso é fascismo, intolerância. Muito preocupante.

Repúdio

O Consuni manifestou repúdio às pichações. “Por isso que essa universidade não funciona. Os ônibus demoram, a passagem aumentou. Foi o reitor gay”, ironizou em carta aberta o professor Dijaci David de Oliveira, da FSC. O Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos (NDH UFG) questionou a legitimidade do ato e cobrou a criminalização dos responsáveis. A Procuradoria Federal da UFG estuda representar contra os estudantes.

Repúdio II

A prisão de três estudantes da UFG – acusados de terrorismo na condução dos protestos por melhoria do transporte público em Goiânia – indignou várias unidades. O NDH ressaltou, em nota, ação excessiva do Poder Judiciário e classificou as prisões como políticas. A FCS falou da criminalização dos movimentos sociais. O Consuni manifestou preocupação diante da escassez de informações. Professores da Regional Cidade de Goiás encabeçaram protestos de rua contra as prisões.

curtas

Professores têm destaque internacional

José Alexandre Felizola Diniz Filho, pró-reitor de Pós-Graduação da UFG, é membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC) desde maio. A posse foi realizada na Reunião Magna da ABC de maio. O professor agora é membro da área de Ciências Biológicas, juntamente com Carlos Alexandre Netto, reitor da UFRGS. Em sua 8ª edição, o **Jornal do Professor** publicou entrevista com José Alexandre, que havia sido indicado como um dos pesquisadores mais citados do mundo em sua área.

Já Wendell Coltro, docente do Instituto de Química (IQ), foi citado como um dos dez jovens brasileiros mais inovadores em lista publicada pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT). O professor foi premiado por seu projeto de desenvolvimento de chips de baixo custo para diagnósticos clínicos. Estes chips são produzidos com materiais alternativos, como papel. Na edição de janeiro do **JP**, a professora Cecília Alves entrevistou Wendell sobre esta pesquisa.



Pró-reitor José Felizola é membro da ABC desde maio



Wendell Coltro é destaque em publicação do MIT

Servidores encerram greve

Em assembleia realizada em 11 de junho, os técnico-administrativos aprovaram o fim da greve, com 116 votos. Após três meses de paralisação, os servidores retornaram a atividade no dia 16 de junho. A mobilização continua, garantem. No dia 2 de julho, Adufg Sindicato, Sint-Ifesgo e DCE/UFG realizam seminário sobre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, a Ebserh.

Sistema vai monitorar doenças transmissíveis

UFG e Secretaria Municipal de Saúde lançaram o Raddar, um sistema e aplicação para *smartphones* para coletar dados sobre doenças endêmicas. O médico que atender casos destas doenças vai repassar informações sobre o atendimento, o que vai agilizar a identificação e tratamento de casos.

UFG divulga horário de funcionamento durante a Copa

De acordo com o Calendário Acadêmico da UFG, não haverá aula nos dias dos jogos do Brasil da primeira fase da Copa do Mundo 2014 em nenhum dos turnos. Os setores administrativos, conforme portaria do Ministério do Planejamento, devem funcionar até 12h30 nos dias de jogos da Seleção.

Goiânia será sede do X Encontro Nacional do Proifes-Federação

De 31 de julho a 04 de agosto, Goiânia receberá o X Encontro Nacional do Proifes-Federação. Professores de entidades filiadas à Federação de todo o País irão debater uma proposta de reestruturação da carreira docente dos professores das Ifes. Dentre as diretrizes já aprovadas, em reunião do Conselho Deliberativo no último dia 17 de maio, estão:

- Manutenção das duas carreiras – Magistério Superior e EBTT –, com mesma estrutura e remunerações;

- Estabelecimento da RT como uma proporção do VB, igual em cada titulação, nível, classe e regime de trabalho;
- Definição de valores constantes para os steps entre níveis e entre classes, sendo que, este último, seja o dobro do primeiro, de sorte a valorizar a promoção entre classes nas carreiras;
- Definição do percentual entre a remuneração dos professores em cada classe e nível de acordo com o regime de trabalho;
- Valorização dos salários nas carreiras, com aumento real para

todos os docentes e valorização progressiva durante o período do acordo para o regime de Dedicação Exclusiva. Além disso, o Proifes considera ponto inegociável a isonomia entre as carreiras MS e EBTT e a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas. Esta foi a posição apresentada em reunião com o Ministério da Educação e Cultura, no mês de maio, tendo o MEC concordado que o prazo do X Encontro Nacional é adequado para que uma efetiva negociação se faça já com a proposta definida da entidade.



17ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Rosana Maria Ribeiro Borges
Presidente

José Wilson Nerys
Vice-presidente

Elias Nazareno
Diretor Secretário

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Beneval Rosa
Diretor Administrativo

Flávio Alves da Silva
Diretor Adjunto Administrativo

Antônio César de Oliveira
Diretor Financeiro

Lucilene Maria de Sousa
Diretora Adjunta Financeira

Carlos Alberto Tanezini
Diretor para Assuntos dos
Aposentados e Pensionistas

Rui Yamada
Diretor Adjunto para
Assuntos dos Aposentados e
Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO
DOS DOCENTES DAS
UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO III – Nº 15
MAIO/JUNHO DE 2014
Editor e idealizador do projeto
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Editora responsável
Alessandra Faria (JP01031/GO)

Editor e repórter
Macloys Aquino (FENAJ 02008/GO)

Projeto gráfico e diagramação
Cleomar Nogueira

Repórter
Frederico Oliveira

Publicação mensal

Tiragem
3.000 exemplares

Impressão
Flexgráfica

Contato
jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila
Nova - Goiânia - Goiás

Fone: (62) 3202-1280
Produção e edição
Assessoria de Comunicação
da Adufg Sindicato



Adufgnotícias

SINDICATO

Coral Vozes da Adufg comemora aniversário

Os quatro anos de atividades do Coral Vozes da Adufg foram comemorados na noite de 28 de maio, no Espaço Cultural, de Lazer e Saúde da Adufg Sindicato. A tradicional festa reuniu as diversas gerações que fazem parte do projeto. A coordenadora, professora Ormezinda de Melo Gervásio, destacou a importância do Coral Vozes da Adufg para sua vida pessoal. Em um discurso emocionado, ela homenageou cada coralista e agradeceu o apoio da entidade para o funcionamento do projeto.

Filiados participam das aulas de dança

Com a volta do projeto Adufg Dança no mês de maio, o salão do Espaço Cultural, de Lazer e Saúde tem ficado movimentado às segundas e quintas-feiras. Sessenta alunos estão inscritos para as aulas, que são conduzidas por bailarinos da Escola de Dança Jaime Arôxa. Segunda-feira, às 18h30, é dia de samba e ritmos atuais. Já às quintas-feiras, no mesmo horário, as aulas são de dança de salão. A volta do projeto era uma reivindicação dos docentes filiados, especialmente aposentados. “Para mim funciona como terapia, ajudando no meu bem estar, melhorando meus problemas físicos de forma descontraída”, diz a professora Isaura Rodrigues da Silva.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - ADUFG SINDICATO - JANEIRO/2014					
1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	Valor R\$	2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	0,00	2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre	21.324,65
1.1- Contribuição Associados - Mensalidades	213.160,66	2.2.11- Hospedagem e manutenção de site	220,00	Total R\$	41.182,71
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	480,00	2.2.12- Vigilância e Segurança	233,70	2.4- Despesas Tributárias e Contribuições	
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.432,37	2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.000,00	2.4.1- PIS s/ Folha de Pagto.	546,75
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00	2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00	2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	2.962,05
1.5- Outras Receitas	0,00	2.2.15- Serviços de Informática	1.000,00	2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	19.143,32
1.6- Resgate de aplicações financeiras	0,00	2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	1.970,00	2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	788,59
Total R\$	215.073,03	2.2.17- Agua e Esgoto	607,16	Total R\$	23.440,71
2- Custos e Despesas Operacionais		Total R\$	55.036,00	Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	174.194,14
2.1- Despesas com Pessoal		2.3- Despesas Gerais		3- Resultado do exercício 01.2014 (1-2)	40.878,89
2.1.1- Salários e Ordenados	17.872,78	2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	1.418,14	4- Atividades de Investimentos	
2.1.2- Encargos Sociais	33.415,88	2.3.2- Despesas com Coral	900,00	4.1- Imobilizado	
2.1.3- Seguro de Vida	293,03	2.3.3- Diária de Viagens	0,00	4.1.1- Construções e Edificações	58.204,75
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	483,94	2.3.4- Tarifas Bancárias	125,58	4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
2.1.5- Ginastica Laboral	1.402,00	2.3.5- Lanches e Refeições	355,71	4.1.3- Veículos	0,00
2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários	1.067,09	2.3.6- Quintart	0,00	4.1.4- Móveis e Utensílios	13.910,00
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	0,00	2.3.7- Patrocinios e doações	1.702,00	4.1.5- Computadores e Periféricos	0,00
Total R\$	54.534,72	2.3.8- Manutenção de Veículos	45,00	4.1.6- Outras Imobilizações	8.037,07
2.2- Serviços Prestados por Terceiros		2.3.9- Festa/Reuniões e Greves	599,16	Total R\$	80.151,82
2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.284,29	2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	0,00	4.2- Intangível	
2.2.2- Despesas com Correios	2.401,44	2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	174,79	4.2.1- Programas de Computador	0,00
2.2.3- Energia Elétrica	1.116,70	2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	9.356,62	Total R\$	0,00
2.2.4- Honorários Advocatícios	2.500,00	2.3.13- Hospedagens Hotéis	0,00	Total Geral dos Investimentos R\$	80.151,82
2.2.5- Honorários Contábeis	2.034,00	2.3.14- Material de expediente	52,00	5- Resultado Geral do exercício 01.2014 (3-4)	-39.272,93
2.2.6- Locação de Equipamentos	450,00	2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	0,00		
2.2.7- Serviços Gráficos	37.400,00	2.3.16- Outras despesas diversas	3.260,23		
2.2.8- Honorários de Auditoria	985,00	2.3.17- Manutenção e Conservação	1.371,45		
2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	1.833,71	2.3.18- Homenagens e Condecorações	0,00		
		2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	353,38		
		2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados	144,00		
Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa					
Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.					

PRESTAÇÃO DE CONTAS - ADUFG SINDICATO - FEVEREIRO/2014					
1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	Valor R\$	2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	2.766,00	2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre	161.981,78
1.1- Contribuição Associados - Mensalidades	215.093,12	2.2.11- Hospedagem e manutenção de site	232,16	Total R\$	186.848,25
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	0,00	2.2.12- Vigilância e Segurança	651,70	2.4- Despesas Tributárias e Contribuições	
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.432,36	2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	0,00	2.4.1- PIS s/ Folha de Pagto.	542,82
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00	2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00	2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	2.962,05
1.5- Outras Receitas	0,00	2.2.15- Serviços de Informática	1.000,00	2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	19.292,78
1.6- Resgate de aplicações financeiras	50.000,00	2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	3.820,00	2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	1.162,77
Total R\$	266.525,48	2.2.17- Agua e Esgoto	227,40	Total R\$	23.960,42
2- Custos e Despesas Operacionais		Total R\$	22.954,62	Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	302.501,16
2.1- Despesas com Pessoal		2.3- Despesas Gerais		3- Resultado do exercício 02.2014 (1-2)	-35.975,68
2.1.1- Salários e Ordenados	22.419,15	2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	1.534,55	4- Atividades de Investimentos	
2.1.2- Encargos Sociais	30.049,44	2.3.2- Despesas com Coral	1.705,98	4.1- Imobilizado	
2.1.3- Seguro de Vida	293,03	2.3.3- Diária de Viagens	1.834,90	4.1.1- Construções e Edificações	72.231,05
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	6.606,04	2.3.4- Tarifas Bancárias	130,11	4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
2.1.5- Ginastica Laboral	0,00	2.3.5- Lanches e Refeições	626,21	4.1.3- Veículos	0,00
2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários	1.067,09	2.3.6- Quintart	0,00	4.1.4- Móveis e Utensílios	3.600,00
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	8.303,12	2.3.7- Patrocinios e doações	1.324,00	4.1.5- Computadores e Periféricos	0,00
Total R\$	68.737,87	2.3.8- Manutenção de Veículos	320,00	4.1.6- Outras Imobilizações	14.916,20
2.2- Serviços Prestados por Terceiros		2.3.9- Festa/Reuniões e Greves	620,01	Total R\$	90.747,25
2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.324,84	2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	4.247,56	4.2- Intangível	
2.2.2- Despesas com Correios	4.115,88	2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	577,28	4.2.1- Programas de Computador	0,00
2.2.3- Energia Elétrica	1.029,73	2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	4.364,18	Total R\$	0,00
2.2.4- Honorários Advocatícios	2.500,00	2.3.13- Hospedagens Hotéis	0,00	Total Geral dos Investimentos R\$	90.747,25
2.2.5- Honorários Contábeis	2.172,00	2.3.14- Material de expediente	387,38	5- Resultado Geral do exercício 02.2014 (3-4)	-126.722,93
2.2.6- Locação de Equipamentos	450,00	2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	0,00		
2.2.7- Serviços Gráficos	0,00	2.3.16- Outras despesas diversas	5.574,36		
2.2.8- Honorários de Auditoria	985,00	2.3.17- Manutenção e Conservação	1.094,95		
2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	1.679,91	2.3.18- Homenagens e Condecorações	0,00		
		2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	525,00		
		2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados	0,00		
Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa					
Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.					

Eleição revela docentes apáticos ou com tendência à polarização

Análise dos números mostra nuances políticas de professores da UFG

As eleições da Adufg Sindicato este ano revelaram características marcantes do comportamento político entre docentes da UFG. Os filiados ao sindicato são ao mesmo tempo fortemente apáticos, apresentam tendência à polarização e à uma certa tradição política por unidade acadêmica.

Outros aspectos podem ser observados a partir da análise dos números das eleições, como os reflexos da política nacional da política sindical, a influência dos membros das chapas em suas unidades, o peso dos aposentados, a influência da Adufg Sindicato nas regionais, além de outros aspectos.

A Chapa 01 – Adufg: Luta. Responsabilidade. Pluralidade – foi eleita com 725 votos, ou 57,4% dos votos válidos (1.263). A Chapa 02 – Adufg dos professores é mais Adufg – teve 538 (42,6%). Houve 14 votos brancos e 16 nulos. As eleições ocorreram no último dia 8 de maio e o resultado foi divulgado no dia seguinte. *(Confira os números na tabela abaixo. Na página 7, veja histórico das votações, quando houve disputa, de 1997 para cá.)*

A nova diretoria toma posse no dia 27 de junho.

Apatia

Nunca houve tantos filiados ao sindicato como agora, como também nunca houve tantos votos. Mas por outro lado, 1.293 dos 2.269 docentes aptos a votar compareceram às urnas. Significa que 43% (976), ou quase a metade dos professores



Professor Pedro Wilson, do PT, apoiou Chapa 02, crítica ao governo: efeitos da política sindical na nacional

não se interessou em participar do processo de escolha da diretoria da entidade.

O alto índice de abstenção é histórico e ocorreu principalmente nos pleitos quando apenas uma chapa se apresentou para a disputa. E como tem sido

nas eleições anteriores, a unidade mais representativa no quesito abstenção é a Faculdade de Medicina. Este ano, apenas nove dos 63 aptos quiseram votar na unidade. Um índice de abstenção de 85%.

Polarização nas unidades

As chapas vencedoras ganharam com mais 60% dos votos nas unidades, o que indica uma forte tendência à polarização por área do conhecimento. Houve situações inclusive de maioria absoluta, como se apenas uma chapa disputasse.

Foi o caso da Faculdade de Educação Física (FEF). Do total de 24 votos ali, todos foram na Chapa 02. Isso também ocorreu na Regional Cidade de Goiás, em que 100% dos 12 votantes escolheram a Chapa 02.

Por outro lado, a Chapa 01 obteve maiorias quase absolutas em unidades como a Escola de Veterinária e Zootecnia (EVZ), com 40 dos 43 votos (93%), ou o Instituto de Informática (INF), com 29 dos 31 votos (93%).

Das 28 seções eleitorais, em apenas duas houve equilíbrio ou diferença menor que 60%. Foram os casos das seções FCS/FAFIL/FH, onde a Chapa 01 ganhou com 54%, e FANUT/FEN, em que a mesma chapa teve 52%.

Eleições Adufg Sindicato – Gestão 2014/2017

Nº Seção	Unidade(s)	Sindicalizados	Votantes	Chapa 1	Chapa 2	Brancos	Nulos	Abstenções
1	FEF	31	24	0	24	0	0	7
2	EA	53	34	23	9	1	1	19
3	FF	36	31	28	3	0	0	5
4	IME	63	50	41	8	0	1	13
5	INF	49	31	29	1	0	1	18
6	FANUT/FEN	64	46	24	19	2	1	18
7	IPTSP	59	39	27	10	1	1	20
8	FIC	46	26	17	9	0	0	20
9	IF	42	36	33	1	2	0	6
10	IQ	41	33	6	27	0	0	8
11	FCS/FAFIL/FH	86	53	29	22	1	1	33
12	CEPAE	69	45	14	29	1	1	24
13	FD	25	14	10	4	0	0	11
14	CAJ – JATOBÁ	93	33	28	4	0	1	60
15	CAJ – RIACH.	21	12	8	1	0	-	21
16	CCG	20	12	0	12	0	0	8
17	CAC	6	0	0	0	0	0	6
18	EEC/EMC	82	59	37	22	0	0	23
19	APOSENTADOS	835	347	236	107	0	4	488
20	FM	63	9	7	2	0	0	54
21	FL	68	41	10	30	0	1	27
22	FE	72	55	1	51	2	1	17
23	FAV	41	21	8	12	1	0	20
24	EMAC	59	36	10	26	0	0	23
25	ICB	94	69	18	51	0	0	25
26	IESA	38	27	8	18	0	1	11
27	FO	48	37	24	12	0	1	11
28	EVZ	56	43	40	3	0	0	13
29	FACE	30	21	5	14	2	0	9
TOTAL		2269	1293	725	538	14	16	976

* F.Lista = Eleitores fora da lista autorizados a votar após consulta a comissão eleitoral nas respectivas seções
V.T. = Voto em trânsito realizado na Seção 19
Fonte: Comissão Eleitoral

Aposentados

Dos 835 docentes aposentados, 347 votaram (58% de abstenção), dos quais 236 (69%) na Chapa 01 e 107 (31%) na Chapa 02. A chapa eleita teve maioria também entre ativos e venceu em 17 das 29 seções eleitorais.

Mas, sem os aposentados, a diferença seria apertada: a chapa vencedora teve, entre ativos, apenas 58 votos a mais. Os aposentados costumam aumentar a margem de diferença.

Em 2001, por exemplo, a Chapa 01 também teve maioria entre ativos, mas a diferença foi de apenas 15 votos. Já em 2003, os aposentados foram os fiéis da balança: sem eles, a Chapa 01, mesmo assim vencedora, teve 24 votos a menos que a Chapa 02.

Regionais

A Chapa 02 teve 100% dos 12 votos na Regional Cidade de Goiás. Em Jataí, a Chapa 01 teve 74% dos 54 votos nos dois campus, Jatobá e Riachuelo. Em Jataí existe uma sede administrativa da Adufg Sindicato e são 93 docentes filiados.

Em Catalão, docentes se recusaram abrir urnas para votação da diretoria da Adufg Sindicato. Há no campus seis professores sindicalizados, mas a maioria dos atuantes no movimento docente é ligada à Associação dos Docentes da Regional Catalão (ADCAC), não associada à Adufg Sindicato.

Respeito acima das diversidades

Processo eleitoral para escolha da nova diretoria da Adufg
Sindicato demonstra cidadania do movimento docente

Aposentado da Faculdade de Educação, o professor Marcos Corrêa da Silva Loureiro presidiu a Comissão Eleitoral que conduziu o processo para escolha da nova diretoria da Adufg Sindicato, num momento de profundas divisões do movimento docente na UFG. Desde a greve de 2012, se acirram as diferenças políticas entre professores, o que pode ter gerado expectativas de uma eleição conturbada, a exemplo do que ocorreu na recente eleição do Sindicato dos Trabalhadores em Educação em Goiás (Sintego), com tensões e várias demandas na Justiça. Mas na Adufg Sindicato, o exemplo é de uma eleição democrática e “cidadã”, como definiu Marcos. Aqui, ele, que tem suas preferências políticas, explica como a comissão formada também por Alexandre Santos, Márcio Real, João Batista de Deus e Igor Kopicak, dirigiu esse processo

Presidente da Comissão Eleitoral, professor aposentado da FE Marcos Loureiro: em momento algum os membros do colegiado se viram obrigados a colocar maioria contra minoria, no voto



Macloys Aquino

Jornal do Professor – Professores de ambas as chapas elogiaram a condução da comissão eleitoral, apesar de um clima político não tão amistoso entre eles. Como o senhor conseguiu isso?

Marcos Loureiro – Não é mérito meu, a comissão foi indicada em assembleia. Cada chapa indicou dois e o quinto membro foi indicado pela assembleia, no caso eu. Não há neutralidade. Ou você está com a Chapa 01 ou com a Chapa 02. Claro que eu era mais simpático a uma das chapas. Mas o importante foi que tomamos todas as decisões por consenso, apesar das diferentes concepções. Chegávamos com uma posição, discutíamos, e nunca houve necessidade de votar, de colocar maioria contra minoria.

JP – Mas houve problemas do ponto de vista político?

Marcos – Não. Houve reclamações e inclusive um pedido para constar em ata de que a comissão não foi isonômica com as chapas, no dia da apuração. Mas o clima foi muito tranquilo entre nós. As diferenças de posição eram conhecidas, mas nunca, em nenhum momento, houve quem puxasse a sardinha para um dos lados. Às vezes, eu me surpreendia como membros da comissão eram mais rigorosos com as suas chapas que com a outra, achavam que pedidos não faziam sentido, por exemplo. Apesar de não haver neutralidade, agimos da forma mais isenta possível.

JP – Foi um processo individual, esse de se despir de preferências políticas para assumir a responsabilidade na comissão, ou foi uma conscientização coletiva, tomada em acordo?

Marcos – Não chegamos a conversar sobre isso. Desde a primeira vez em que nos reunimos, era tácito que deveríamos ser isentos. A gente não estava ali para defender interesse de chapas, mas para defender a lisura do processo. Tentávamos analisar as demandas o mais objetivamente possível. E isso foi a minha maior surpresa, chegávamos sempre ao consenso. Houve inclusive momentos em que os cinco não podiam se encontrar, e os quatro decidiram na maior tranquilidade. Por isso digo que não há mérito do presidente, porque realmente formamos um colegiado.

JP – O Sintego (Sindicato dos Trabalhadores em Educação em Goiás) está vivendo um momento muito tenso em suas eleições, com brigas e várias demandas na

Justiça. O fato de ser uma eleição entre docentes faz alguma diferença do ponto de vista de procedimentos?

Marcos – As eleições contêm oposições políticas. É uma expressão das divisões que existem na sociedade. Sejam eleições de sindicatos, associações, conselhos, sempre expressam divisões da sociedade. Se analisar os dados, houve unidades que tiveram posições absolutas em relação às chapas. Nessas unidades

não haveria oposição. Inclusive é uma boa pergunta a se fazer, o que essa preferência quase absoluta em determinadas unidades representa? É posição política? É questão de simpatia pessoal? Também a questão dos aposentados, a seção eleitoral com maior número de eleitores. Eu, que sou aposentado, como outros colegas, gostaríamos de votar em nossa própria unidade. Eu sou professor aposentado da Faculdade de Educação, ali vivi minha vida acadêmica. Isso é uma sugestão interessante a se fazer, porque o aposentado está sendo tratado como uma categoria à parte. Até do ponto de vista da aceitação, é melhor que

ele vote em sua unidade, para sentir que faz parte. Mas realmente me surpreendeu o comportamento cidadão das duas chapas. Apesar das diferenças profundas de posição, o processo foi respeitoso. Em outras eleições me parece ter havido falta de respeito dentro da comissão.

JP – A greve de 2012 teria gerado um movimento orgânico de professores, que fortaleceu a oposição à Adufg. Tendo isso em vista, o resultado das eleições surpreendeu?

Marcos – Volto à questão dos aposentados, porque na ativa o aperto existiu. Mas se a pauta é a luta pela carreira, condições de trabalho, isso não diz respeito aos aposentados, a não ser por identificação. Então a folga está muito devido ao fato de que aposentados não estão na pauta de quem está na ativa. Condições de trabalho não interessam aos aposentados.

Na história*

	Chapa 01	Chapa 02	Diferença (%)
1997	409	282	18 %
1999	422	331	12 %
2001	521	438	08 %
2003	516	438	08 %
2005	525	292	28 %
2007	514	407	11 %
2014	725	538	14 %

* Quando duas chapas disputaram a Adufg, de 1997 até dias atuais

Adufg independente d

Presidente eleito, Flávio Alves da Silva quer fortalecer a atuação política da Adufg Sindicato. “O patrimônio material da Adufg está estabelecido, então (nossa bandeira) será atuar sindicalmente de forma muito mais intensa. Dialogar com movimentos, mobilizar mais professores”, diz nesta entrevista.

Professor da Escola de Agronomia, ele coordena um dos programas de pós-graduação de sua unidade, orienta dezena de alunos, preside a Comissão de Integração e Sociedade (CIS) e é o atual diretor administrativo adjunto do sindicato. Com atuação acadêmica em ciência e tecnologia de alimentos, tem experiência sindical recente, mas participou de importantes mesas de negociação com o MEC em Brasília. Se destacou como um dos diretores mais atuantes da atual gestão da Adufg Sindicato. Flávio garante que, sob sua administração, a entidade atenderá as demandas de professores descontentes com o sindicato, baseado no número significativo de votos na Chapa 02, de oposição. “Ver onde estamos pecando, atuar diretamente. Sindicato é forte quando todos participam”, afirma.

QUEM É Flávio Alves da Silva

Graduado (Unitins), mestre e doutor (Unicamp) em Engenharia de Alimentos. Atua em ciência e tecnologia de alimentos e é consultor ad hoc de diversas revistas científicas sobre Engenharia de Alimentos. Foi professor da PUC, da UEG e entrou na UFG em 2006, efetivando-se em 2008. É diretor administrativo adjunto e presidente eleito da Adufg Sindicato.

Macloys Aquino



Flávio Alves da Silva, na entrada da sede administrativa da Adufg Sindicato. Promessa de atender demandas da oposição assim que assumir

Jornal do Professor – Por que ser presidente da Adufg?

Flávio Alves da Silva – Todo servidor público deve participar de sindicato. Em 2008, eu ingressei na UFG como efetivo e logo me filiei à Adufg. Em 2010, comecei a participar do grupo de apoio da UFG e em 2011 fui convidado para participar da chapa da gestão anterior. Candidatamos e, desde então, como eu já gostava de política sindical, participei ativamente da gestão. Minha dedicação na Adufg foi intensa durante esse período. Participei também em Brasília ativamente das atividades de negociação de carreiras, do salário, com o Proifes junto ao MEC.

JP – Como avalia a sua experiência sindical?

Flávio – Eu sou novo na UFG. Na Adufg estou há seis anos, como diretor há quase três anos. Minha experiência sindical é recente, mas eu adquiri nesse período conhecimento razoável de sindicalismo. Eu não me interesso mui-

to pela teoria. Mas eu gosto da política sindical, tem pessoas que eu me espelho como sindicalista, como o Luiz Inácio Lula da Silva.

JP – Os movimentos populares do ano passado, de uma maneira geral, negaram a participação de partidos, sindicatos. Como você vê o papel do sindicato no contexto social e político brasileiro hoje? Existe crise de representatividade?

Flávio – As pessoas gostam do formato de gestão da Adufg até hoje por causa disso, porque ela não é dirigida por um partido político. Aqui tem todas as tendências. Teve (interferência partidária) no início. Se não me engano, do PCdoB e do PT. Hoje não. A desvinculação começou com o professor Reginaldo (Nassar), do ICB, que aceitou pessoas de todas as tendências, respeitou ideias. Claro que no movimento do ano passado (manifestações), as pessoas não se viam bem representadas. A própria Adufg sofreu

e partido e da reitoria

isso na época da greve. Professores não se sentiam representados pelo sindicato. Aparelhamento de instituições só serve ao partido de plantão. Todo sindicato aparelhado por partido político não consegue crescer. Pode até crescer em número de filiados, mas em termo de patrimônio não, porque o partido político suga todos os recursos do sindicato. É uma coisa que a gente não permite aqui há certo tempo.

JP – Como o sindicato atuará com a oposição?

Flávio – De imediato, quando assumirmos, atender suas demandas, ver onde estamos pecando, atuar diretamente. Sindicato é forte quando todos participam. É claro que tem que haver oposição, pensamento divergente, mas devemos saber onde estamos pecando. Alguns acham que a Adufg só promove ações sociais, que não atua realmente como sindicato. Mas criamos uma estrutura que nos permite fazer tanto o social quanto a ação sindical.

JP – Qual a maior reivindicação da oposição?

Flávio – A maior reivindicação é por condições dignas de trabalho. A reitoria tenta instituir uma instrução normativa de insalubridade que a maioria dos professores não aceita, porque outras universidades não atuam assim. A UFG deveria ter uma ação mais política em relação a isso. E o sindicato vai atrás, vai brigar, entrar na Justiça se for o caso. É o que faremos agora. Chamar todo mundo com problema de insalubridade para acionar a Justiça, para que a universidade conceda percentuais justos. Não há isonomia. Aprovamos um documento no final do ano passado, no Consuni, por unanimidade, que a nova administração da universidade não reconhece. Pedimos para nivelar por cima até o fim das brigas judiciais, isso não foi acatado. Vamos cobrar os direitos dos professores.

JP – A que se deu a vitória da Chapa 01?

Flávio – O modelo de gestão nos últimos anos, conseguiu gerir a Adufg mantendo e aumentando seu patrimônio. Mas também pela atuação sindical. Eu venho de uma gestão de continuidade, mas sem continuísmo. Temos pensamentos diferentes. De uma forma geral, os professores veem nas gestões recentes uma forma de atuação plural. Viram que a gente administra com responsabilidade e pluralidade. Acho que foi isso. Também porque os professores

sabem que essa gestão não tem vínculo partidário.

JP – Qual era sua expectativa para essa eleição no pós-greve de 2012?

Flávio – Eu esperava vitória apertada. Mas acabamos ganhando nas duas categorias, ativos e aposentados. A diferença de votos me surpreendeu. De qualquer forma, a oposição teve significativo número de votos. É bom saber que há oposição, dá mais motivação para trabalhar. Se todo mundo estivesse contente, teria alguma coisa errada.

JP – Como a Adufg poderia aumentar o índice de participação nas eleições?

Flávio – Muitos professores tem dificuldade de sair da sua sala, de seu trabalho, para participar de uma assembleia, para ir votar. Hoje ficam mais na sala, em frente ao seu computador, é uma cultura profissional. Talvez se fizéssemos consulta eletrônica o índice de abstenção seria menor. O formato atual prejudica um pouco a participação.

JP - Você pretende implantar o voto eletrônico nas próximas eleições da Adufg?

Flávio – Pode ser, mas vamos reunir e discutir, já tivemos algumas experiências. Mas pretendo fortalecer muito isso, haverá consulta eletrônica em assuntos como renovação da Unimed, Uniodonto, modelos de festa, tudo. Vamos tentar combinar assembleias e consultas eletrônicas.

JP – Como será a atuação do Conselho de Representantes?

Flávio – Logo no início chamaremos os que foram indicados. Haverá reuniões mensais, para entender as demandas das diferentes unidades da UFG, das regionais. O conselho é de extrema importância na administração do sindicato. Ele é que traz as demandas das unidades, é nele que discutimos. O conselho é uma forma de amadurecer qualquer discussão.

JP – Qual será sua principal bandeira à frente da Adufg? Que legado você pretende deixar?

Flávio – De atuação sindical forte. O patrimônio material da Adufg está estabelecido, então será atuar sindicalmente de forma muito mais intensa. Dialogar com movimentos, mobilizar os professores, fortalecer isso dentro da UFG e

trazê-los mais para dentro da Adufg.

JP – Como será a relação da Adufg com a reitoria?

Flávio – Totalmente independente. Sindicato é uma coisa, administração da universidade é outra. Diálogo vai ter, é uma das nossas bandeiras, o diálogo e a pluralidade. Mas são coisas diferentes, o sindicato deve ser independente e não pode trabalhar para a administração da UFG, mas para os sindicalizados.

JP – Como será a relação com o governo?

Flávio – Até agora temos boas relações, temos acesso fácil ao governo federal. Claro que não sabemos o que vai dar a eleição desse ano, mas independente de quem será o próximo presidente (da República), a nossa atuação será a mesma. O nosso forte é o diálogo. A gente saiu de uma entidade (Andes) que não dialogava com o governo. Passamos oito anos de Fernando Henrique sem aumento porque não tinha negociação. Hoje estamos filiados ao Proifes, mas, veja bem, não somos Proifes. Somos um sindicato local e independente.

JP – Explique isso melhor, professor.

Flávio – Uma coisa é sindicato local forte. O protagonista é o sindicato, a federação é coadjuvante no processo. O sindicato local é forte. Tem a ver com descentralização isso, não queremos centralizar tudo na federação.

JP – Mas isso não dificulta a relação com o governo?

Flávio – Não. É claro que o governo não vai receber sindicato por sindicato, por isso precisamos de uma federação, mas uma federação que dialogue com governo, independente de qual for. Porque a gente precisa sentar com o patrão. Estamos numa federação que dialoga. No momento em que não dialogar mais, porque o governo é do partido A, B, C ou D, temos que procurar outro caminho.

JP – Qual será a principal política para os aposentados?

Flávio – Reenquadrar os aposentados na nova categoria profissional que foi criada. O professor aposentou no topo, de repente criou-se uma nova categoria e esse professor perdeu. De uma forma geral, os últimos acordos para os aposentados foram aceitáveis, tiveram aumentos significativos no VB, mas tem que melhorar, porque há aqueles que ficaram retidos nas categorias anteriores, com diferenças salariais muito grandes. Uma briga será diminuir essas diferenças entre uma classe e outra.

“ A maior reivindicação é por condições dignas de trabalho. A UFG deveria ter uma ação mais política em relação a isso. E o sindicato vai atrás, vai brigar, chamar todo mundo com problema de insalubridade para acionar a Justiça ”

FIM DO VESTIBULAR

FE faz ressalvas à adesão ao Sisu

Faculdade de Educação aponta risco de aprofundamento de diferenças regionais com exclusividade do modelo. Decisão foi aprovada por maioria quase absoluta no Cepec e segue tendência nacional

O abandono do vestibular e a adoção do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) como única forma de ingresso na UFG não é consenso na universidade. Mesmo tendo sido aprovado por maioria quase absoluta no Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (Cepec) – de 34 votantes houve um voto contrário e duas abstenções – há dúvidas se o Sisu realmente democratizará o acesso à universidade.

Na UFG, o contraponto é feito pela Faculdade de Educação (FE). Para a unidade, o debate não se esgotou antes da mudança. Em nota, a FE defendeu o risco de o modelo (veja no quadro) aprofundar diferenças regionais de acesso ao ensino superior público gratuito, dado que estudantes com melhores condições de ensino, das classes média e alta do centro-sul do Brasil, continuam privilegiados nos melhores centros universitários.

“Essas diferenças de acesso e permanência agravam-se pelo recente crescimento das vagas disponibilizadas nas IES, desacompanhadas de uma ampliação da assistência estudantil correspondente”, diz trecho da nota, que ressalta que “otimização de recursos não pode ser o principal balizador das políticas públicas para educação”.

Presidente do Centro de Seleção, Wagner Furtado: adesão ao Sisu democratiza processo de seleção



Fotos: Macloys Aquino



Professora Karine de Moraes, diretora da Faculdade de Educação, que emitiu nota alertando para necessidade de mais debate sobre adesão total ao Sisu

“Essa homogeneidade nos processos de ensino-aprendizagem dos alunos que fazem o Sisu não respeita as diferenças de sócio-econômicas explícitas nas desigualdades regionais do nosso País e muito menos ainda leva em conta a desigualdade de série/alunos que existe entre alunos brancos e negros”, aponta Maria Cunha Pereira, professora da FE.

Para o presidente do Centro de Seleção, professor do IF Wagner Furtado, a mudança reorganiza o processo de seleção (antes dividido entre vestibular e Sisu) e, sim, democratiza o acesso, já que a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cuja nota é considerada no Sisu, pode ser feita por estudantes em 56 dos 246 municípios goianos (no vestibular, só havia provas em Goiânia, Catalão, Jataí e Cidade de Goiás). Além disso, a prova do Enem é grátis para estudante de escola pública ou que comprovem baixa renda, os demais pagam R\$ 35; o último vestibular da UFG custou R\$ 130.

O aumento do número de estudante carentes concorrendo às vagas também possibilitará investimento de mais 50% verba para assistência estudantil, defende Wagner. “(O valor da assistência) Nunca é suficiente, mas teremos melhores condições de manter alunos carentes de fora na UFG”, diz.

“Pode haver desistência do estudante depois de aprovado e ele mudar de cidade. Mas 90% das vagas são ocupadas por estudantes do próprio Estado”, argumenta, em relação à possibilidade de favorecimento dos centros universitários mais conceituados. “Não há desvantagens”, assegura.

A FE alerta para o fato de a UFG não dispor de dados concretos sobre a repercussão do novo processo, já que mes-

mo nacionalmente não foi possível ainda garantir resultados seguros, por falta de análise de série histórica do uso do Sisu.

Autonomia universitária

“Se um dia quisermos sair do Sisu, se acharmos que não atende mais a nossa condição, rompemos e voltamos atrás”, ressalta o presidente do Centro de Seleção, professor Wagner Furtado.

Pró-reitor de Graduação, o professor da FCS Luiz Mello ressalta que a universidade decidiu pela adesão ao Sisu com aprovação quase absoluta nas instâncias internas de deliberação, o que demonstra a autonomia da universidade.

ENTENDA

- Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é a prova. Sisu é o Sistema de Seleção Unificada que utiliza a nota do Enem.
- A partir de 2015, todos os candidatos deverão participar da prova do Enem para entrar na UFG.
- A UFG não elaborará mais prova de vestibular, mas professores da universidade elaboram conteúdos para o Banco Nacional de Itens, utilizado no Enem.
- Cotas: nada muda. A UFG vai destinar 40% das vagas ao sistema e não mais 37,5%, como ocorre atualmente. Isso não tem a ver diretamente com o Sisu.
- Provas de aptidão específica: a UFG elaborará a prova de habilidade e considerará a nota do Enem para selecionar candidatos.
- Ensino à Distância (EAD): não entrará no Sisu, mas a nota do Enem será considerada.

ESCOLA DE AGRONOMIA

Derrubada de eucaliptos de 40 anos indigna professores

Decisão foi deliberada pelo Conselho Diretor, mas docentes reclamam que assunto não foi aprofundado

A derrubada de dezenas de eucaliptos com quase 40 anos de idade numa área da Escola de Agronomia, Engenharia de Alimentos e Engenharia Florestal indignou docentes da unidade. As árvores, plantadas por um antigo servidor da casa, davam sombra, refrescavam e perfumavam a área, e já haviam servido de objeto de pesquisa.

Uma das pesquisas, publicada há dois anos, indicou ser possível harmonizar nativas – como a mamica de porca, o guatambu e o angico – com o eucalipto, que em alta densidade tira as chances de sobrevivência de outras espécies. Os troncos foram arrancados em abril passado para dar espaço às obras de construção do novo prédio de Engenharia de Biossistemas.

A decisão pelas obras no tal espaço foi aprovada por unanimidade em reunião do Conselho Diretor, realizada no ano passado. Mesmo assim, professores reclamaram a falta de um debate mais longo e abrangente do assunto. A derrubada dos eucaliptos não entrou na pauta das três reuniões do CD deste ano, ocorridas entre fevereiro e abril.

“Era maravilhoso sentir o cheiro e o frescor dos eucaliptos, além da beleza da massa verde que se estendia”, lamenta a professora Rosângela Vera. “Nós ambientalistas entendemos que a escola precisa de um projeto para não ficar fazendo puxadinho aqui e acolá, tem que ter planejamento”, critica a falta de um plano diretor a professora Magda Beatriz Matteucci, veterana da EA.

Foto de arquivo mostra campo com eucaliptos ainda vivos: árvores de até 40 anos haviam sido plantadas por antigo servidor



Arquivo



Fotos: Frederico Oliveira

Campo onde viviam eucaliptos de até 40 anos agora é um canteiro de obras: professores dizem que derrubada não foi debatida suficientemente



Toras dos eucaliptos empilhadas: direção da unidade diz que assunto foi pauta de CD e que professores deveriam participar mais de tomadas de decisão

“Não há preocupação em preservar a história da escola”, completa Magda, opinião também do professor Jácomo Divino Borges, da Engenharia Florestal. “Nada foi escondido, mas lógico que achamos ruim, porque fazia parte da nossa história”, aponta. “Outras áreas poderiam ter sido utilizadas para a construção (do prédio de Biossistemas), como o campinho de futebol”, sugere.

Plano diretor

A EA formou uma comissão para organizar o plano diretor e, segundo o diretor, professor Robson Maia Geraldine, é questão prioritária da unidade. O diretor salienta que todos os assuntos são apreciados em Conselho Diretor, “por isso é preciso que os professores estejam presentes nas reuniões para discuti-los. A escola e a comunidade só têm a

ganhar com este processo”, afirma. “Se há descontentamento, isso acaba não chegando à diretoria.”

Ele diz que houve ampla discussão desde o final do ano passado sobre o assunto, e, sem objeção, o projeto de construir o prédio de dois andares da Engenharia de Biossistemas na área dos eucaliptos seguiu. “Mesmo que o professor não vá ao CD, nada o impede de ir à diretoria solicitar outra reunião. Novos fatores surgem, os professores nos trazem uma visão que às vezes não percebemos. Mas é necessário demonstrar isso claramente, porque precisamos apresentar resultados”, afirma.

A construção do novo prédio, que já começou, entrou em discussão na pauta do CD em março, mas não tocou na questão dos eucaliptos. Foi apreciada apenas a retiradas das árvores nativas que também estão na área (as mesmas que serviram à pesquisa). Sugerido após reivindicação, o deslocamento do prédio em 10 metros, para preservar as arvores nativas, foi aprovado por unanimidade. A direção da EA fez plantio de eucaliptos esse ano, próximo à área de onde os antigos foram retirados.

Dnit e UFG tomam providências

Universidade e órgão fazem mudanças para melhorar acesso ao câmpus em resposta a protesto, gerado por morte de estudante em rodovia

Três meses depois da morte de Josiane Evangelista, acadêmica do curso de Direito, em acidente na BR-364 – o que gerou mobilização de estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes, que fecharam a Cidade Universitária por reivindicações – alguns dos pedidos foram atendidos, enquanto outros ainda estão por serem executados.

Durante a paralisação, o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit) firmou o compromisso de realizar a roçagem do canteiro central da rodovia. Também se comprometeu em finalizar a iluminação do trecho, bem como implantar lombadas eletrônicas e estudar a possibilidade de um novo retorno.

Em nota ao **JP**, o Dnit informou que já fez a roçagem no canteiro central da rodovia, assim como a iluminação. Ainda garantiu que implantará em breve as lombadas eletrônicas, assim como vai reabrir o antigo retorno.

Já a UFG havia se comprometido a disponibilizar um ônibus para transportar discentes e servidores entre os dois campus da cidade, assim como a contratação. A universidade tem disponibilizado transporte entre os campus de Jataí, de hora em hora.

Libras

As reivindicações, que começaram por melhores condições de acessibilidade e de segurança, se estenderam a condições de trabalho. Pedido de contratação de intérpretes de libras era uma delas. Os profissionais foram contratados, mas estão com os salários atrasados e ameaçaram paralisar suas atividades.

O professor Vanderlei Balbino da Costa explica que, segundo a UFG, o atraso se deu em função da greve dos servidores técnico-administrativos.

Vanderlei conta que conseguiu uma reunião com o vice-reitor, Manuel Chaves, apenas em 12 de junho, após quinze dias de tentativas. O vice-reitor comprometeu-se em resolver a situação e apontou que o mesmo problema tem ocorrido com o pagamento de dez intérpretes do curso de Letras Libras, na Regional Goiânia.

“Acredito que até o fim do mês esta situação vai se re-

gularizar”, explica Vanderlei. Os intérpretes receberão os valores desde 7 de abril. Procurada, a Proad não comentou sobre o assunto.

No último mês de março, os campus da Regional Jataí ficaram paralisados por 14 dias. Servidores, docentes e estudantes participaram de atos que impediram a entrada de veículos nos campus. O reitor Orlando Amaral fez reunião de urgência com manifestantes para acalmar os ânimos.

Fórum discute formação docente na área de saúde

Para integrar docentes dos cursos de saúde e discutir a reorientação da formação nos cursos de graduação e de pós-graduação destes cursos, a Regional Jataí realizará o primeiro fórum de discussão dos docentes de saúde, com o nome “A formação e a prática docente na área de saúde: limites e desafios”.

Totalmente voltado a docentes, o fórum será dividido em sete encontros, que acontecerão entre junho e dezembro, com um encontro em cada mês. O projeto tem a coordenação da professora Valquiria Coelho Pina Paulino, do curso de Enfermagem.

Fotos: Frederico Oliveira



Acima, o retorno que a comunidade universitária deve fazer, na BR-364, depois de rodar 2 Km (foto à direita), para acessar o campus. Abaixo, a entrada no Campus Jatobá, às margens da rodovia: comunidade cobra melhores condições de acesso

CATALÃO

Direção alerta para crimes em campus

Em nota, diretor da Regional diz que onda de furtos na cidade chega ao câmpus

O diretor da Regional Catalão, professor Thiago Jabur Bittar, emitiu esta ano uma nota à comunidade acadêmica alertando para onda de furtos sofrida pelo campus da cidade. “A cidade vive uma onda de furtos e infelizmente o campus da UFG em Catalão, por ser um espaço público, não está imune a isto”, diz a nota.

A direção garantiu que o efetivo de seguranças do campus “trabalha para inibir a ocorrência de furtos e atos ilícitos dentro das nossas dependências” e que as rondas são constantes. “Porém”, diz, “por causa da grande dimensão e da quantidade de pessoas que circulam dia-

riamente pelo campus, é praticamente impossível estar em todos os lugares ao mesmo tempo e casos isolados eventualmente podem ocorrer”, admite o texto.

Em setembro do ano passado, o **JP** divulgou que o número de furtos e roubos cresceram 600% no Campus Sa-

mambaia. Até 2006, segundo a reportagem, a média era de 50 ocorrências por ano, número que saltou para 345 ao ano entre 2007 e 2012. Arrombamentos de veículos são maior parte dos casos em Goiânia. Os dados eram da Seção de Segurança Patrimonial da UFG.

50

ocorrências eram registradas ao ano no câmpus samambaia

345

foi a média de ocorrências entre 2007 e 2012

600

por cento foi o aumento dos casos, entre 2006 e 2012

Formação técnica e política às populações campestinas

Nova Licenciatura em Educação do Campo encerra primeiro semestre e prepara futuros professores para corrigir desigualdades educacionais históricas

Regina Sousa, coordenadora da Licenciatura em Educação do Campo: curso tem articulações com movimentos sociais populares

Ao fortalecer populações rurais na luta por seus próprios direitos, com objetivo de corrigir desigualdades educacionais históricas, o curso de Licenciatura em Educação do Campo em Ciências da Natureza, na Regional Cidade de Goiás, não separa a formação técnica de política. “Não há como separar. É um curso tanto a reflexão teórica, acadêmica, como de inserção política. Se cair em uma dessas perspectivas, perde o sentido. Porque o tempo inteiro o aluno faz uma prática, relaciona teoria e prática, uma intervenção social”, explica a coordenadora Regina Sousa.

Para tanto, o curso mantém parcerias com movimentos organizados de luta pela terra como o MST, sindicatos, associações de agricultores familiares. “É uma articulação, além de uma articulação com o fórum estadual de educação no campo”, diz a professora.

A Cidade de Goiás concentra, ao mesmo tempo, a elite agrária mais tradicional do Estado e a maior quantidade de assentamentos e acampamentos rurais no Brasil. Essa tensão política e social serve de pano de fundo ao projeto de universidade popular que se instaura na UFG ali (veja reprodução com reportagens do JP sobre o assunto).

A Turma Evandro Lins e Silva, a primeira graduação em Direito para beneficiários da reforma agrária no Brasil



Alunos da licenciatura durante o primeiro tempo universidade. Baseado na pedagogia da alternância, o curso funciona em três tempos: universidade, comunidade e o retorno à universidade

(2006-2011), foi pontapé para a criação da pós-graduação em Direitos Sociais do Campo e de uma turma especial de Serviço Social para beneficiários da reforma agrária. Todos esses cursos têm estreita aproximação com movimentos sociais organizados.

Tempo

A nova Licenciatura em Educação do Campo chega ao final de seu primeiro semestre com saldo positivo. Seus 60 alunos acabam de retornar do tempo comunidade, período em que estudantes, já iniciados teórica e metodologicamente na primeira fase (tempo universidade), analisam a realidade social das comunidades onde estão inseridos.

Baseado na pedagogia da alternância, o curso funciona em três tempos: universidade, comunidade e o retorno à universidade. No primeiro, os estudantes tem carga de oito horas/aula por dia, durante manhãs e noites. No último, já munidos de dados e análises sobre a realidade sócio, econômica e política de suas comunidades, os estudantes da licenciatura,

orientados pelos professores, elaboram o próprio material didático para subsidiar suas futuras aulas.

“Os cursos não são disciplinares, os professores são obrigados a discutir entre as suas áreas de saber e construir novos saberes. O levantamento e a pesquisa sobre sua própria realidade, a análise, com organização e tabulação dos dados, faz com que ao final do semestre tenhamos, produzidos por eles, um material de análise da própria realidade. Nenhum curso tem essa possibilidade”, diz a professora Regina.

A licenciatura é em Ciências da Natureza, mas além das aulas e Pedagogia, Química, Física, Matemática, Língua Portuguesa, há disciplinas da área de Serviço Social, Agronomia, Geografia, Filosofia da Educação, Direito, o que caracteriza um curso interdisciplinar. E, claro, viés que fortalece a pequena propriedade, a agricultura familiar e experiências de cooperativas e de assentamentos.

O edital do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), editado pelo MEC em 2009, é cumprido por 45 novos cursos em todo Brasil. São 15 professores com dedicação exclusiva e três servidores técnico-administrativos para cada curso. Tudo para dar suporte técnico e político às populações campestinas.



12 - Goiânia, maio de 2013

CIDADE DE GOIÁS

Vocação para movimentos populares

com tudo pronto para inaugurar, em 2014, uma turma para estudantes do campo. Também está em fase de implementação em Goiás a primeira turma de licenciatura em Educação do Campo e a licenciatura em Educação do Campo.

Projeto real, universalização

O projeto de uma nova turma em Direito para beneficiários da reforma agrária e da agricultura familiar está em fase de elaboração e negociação entre o Ministério da Educação e o Instituto de Direito da UFG.

Goiânia, Janeiro/Fevereiro 2013 - 11

CIDADE DE GOIÁS

Pela ruptura de visões unilaterais

Programa de Educação Tutorial, em atividade na Cidade de Goiás, realiza palestras, campanhas e outras ações com discussões e reflexões sobre direitos humanos e diversidade.

“Nenhuma diferença pode ser resultado de relação de poder, de dominação sobre o outro”, afirma a professora Maria Moura, que também participa do curso. Ela, que já tem dois anos como “petista”, afirma que a referência é o autor Luis Alberto Vitar, que defende a sensibilização do cidadão como fundamental para enfrentar as múltiplas lesões sociais e as violências cotidianas.

“O Câmpus Cidade de Goiás, pelo perfil dos profissionais, tem essa vocação para discussões e reflexões sobre direitos humanos e diversidade”, afirma a professora.

CIDADE DE GOIÁS

Proposta de universidade popular

Aproximação com movimentos organizados transformam campus em laboratório nacional para projetos sociais

Goiânia, outubro/novembro de 2013 - 13

EXTENSÃO

Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo - RESIDÊNCIA AGRÁRIA

Reproduções do JP com reportagens sobre a Regional Cidade de Goiás: relações com movimentos sociais realizam projeto de universidade popular

UFG dá passos largos rumo à inclusão

Aprovação, pelo Consuni, da Coordenadoria de Ações Afirmativas e de resolução que permite uso de nome social são respostas a demandas da comunidade universitária

O Conselho Universitário, em sua reunião de maio, aprovou a adoção do nome social na UFG, assim como criou a Coordenadoria de Ações Afirmativas (Caf). Estas ações são resposta à demanda da comunidade universitária e representam um desafio.

O nome do uso social, defendido pelo pró reitor de Graduação, Luiz Mello, dá direito a incluir em documentos oficiais e acadêmicos nome diferente daquele do registro civil a qualquer membro da comunidade acadêmica, quando este não reflete sua identidade de gênero. Proposta que beneficia principalmente travestis e transsexuais e aprovada por unanimidade.

A criação da Caf era solicitação dos grupos de pesquisa e ativismo da UFG. A nova coordenadoria, comandada por Luciene Dias, professora da FIC, é vinculada ao Gabinete da Reitoria e “tem grande desafio de pensar políticas e ações afirmativas no âmbito de toda UFG”, explica a docente. Com ação transversal, e principalmente mediadora, a nova coordenação deve trabalhar em conjunto com as pró-reitorias, em busca de políticas que garantam o respeito às diferenças.

As ações desenvolvidas pela Coordenadoria não estarão restritas aos alunos cotistas. Toda comunidade LGBT, negra, idosos e outras minorias estarão amparados pela Caf.

Nome social

“A partir do momento que você se emancipa para o uso do seu nome social, você afirma sua identidade com mais categoria e a possibilidade de você conduzir uma vida melhor, porque a partir de agora sua identidade passa a ser afirma-

Fotos: Carlos Siqueira/Ascom UFG



Luciene: “O Brasil não é só racista, o Brasil é homofóbico e as manifestações de homofobia chegam em todas as instâncias da sociedade”

da pelo que você é, e não pelo que você não é. Se eu sou Maria, eu não tenho motivo para que me chamem de João”, aponta Luciene.

A medida vale para toda comunidade que é envolvida pela UFG. “Se eu tenho ação de extensão, de pesquisa, sala de aula e todas as ações na esfera da UFG, o uso do nome social pode ser solicitado”, complementa.

Ranço

Muitos avanços ainda precisam ser alcançados, como explica Luciene. Comentando a edição de maio de 2013 do **Jornal do Professor**, a coordenadora da Caf diz que “os estudantes negros, as estudantes negras, que entram na universidade têm demandas específicas e hoje estas pessoas não querem mais abrir mão das suas demandas em nome de uma bolsa pequena, por exemplo. É que são pessoas complexas, então elas querem estar na universidade de forma integral”.

Naquela edição, os professores Alex Ratts e Roberto Lima denunciavam a permanência de um ranço preconceituoso na UFG, assim como questionavam a eficiência das políticas afirmativas, especificamente pelo valor das bolsas permanência.

“Eu concordo que uma bolsa de R\$ 300 não segura nenhum estudante na UFG mas eu acho que este problema é muito estrutural, a UFG não é diferente do restante do país, e o Brasil é racista. O Brasil é um país racista, nós somos racistas. Como lidar com isto? Dar continuidade à adoção das políticas de ações afirmativas é uma boa forma de lidar com isto. Elaborar políticas de acompanhamento que considerem a complexidade das demandas estudantis e garantir condições dignas de permanência. O grande desafio hoje da Universidade é manter, é fazer com que estes estudantes permaneçam na Universidade dignamente”, comenta Luciene.

Pró-reitor de Graduação, Luiz Mello, autor do relatório sobre uso do nome social na UFG: proposta aprovada por unanimidade

“É como se tudo fosse permitido”

No último mês, estudantes ocuparam a Reitoria da UFG, exigindo o imediato pagamento de bolsas atrasadas. Durante o movimento, uma pichação homofóbica foi realizada na fachada do prédio (*mais informações na coluna Respingos*). A coordenadora da Caf, Luciene Dias, entende que tal manifestação de ódio não representa o movimento estudantil.

“O Brasil não é só racista, o Brasil é homofóbico e as manifestações de homofobia chegam em todas as instâncias da sociedade. Eu não acredito que o movimento estudantil seja homofóbico”, afirma. Ainda de acordo com Luciene, é preciso combater o preconceito de forma pedagógica.

O caminho não é criminalizar o movimento estudantil, mas debater a pichação. “Dá uma boa discussão na minha disciplina eu convidar os alunos para discutir este tipo de reação, por que ainda reagimos achando que gay, preto é xingamento? Por quê?”. Luciene recorda que, historicamente, a palavra gay foi apropriada pelo movimento LGBTT para a construção de um contexto de orgulho da homossexualidade.

Ela acredita que só é possível avaliar quão democrático e libertário um coletivo é quando se dá liberdade a ele. “A gente vive um momento de muita abertura, e neste momento de abertura as pessoas meio que se autorizam a falar tudo, é como se tudo fosse permitido neste momento”, finaliza.

Perfil

Professora do curso de Jornalismo, Luciene aproveita a sala de aula para discutir a alteridade. “Dentro do Jornalismo Impresso a gente busca transversalizar a diferença”, afirma. Antropóloga, ela vê em sua formação acadêmica uma grande influência em sua preocupação com a diferença. “Como a gente não entra vazia em lugar nenhum, eu entrei na faculdade pelo que eu sou, marcada pela interdisciplinaridade, pelo meu local de pertencimento.”



Estudo fortalece a identidade Kalankó

Livro de professor da FCS questiona natureza de classificação que denomina etnia de Alagoas como sertanejos; pesquisa permitiu conhecer raízes do Brasil

Em “Peles Braiadas: modos de ser Kalankó”, o professor da Faculdade de Ciências Sociais da UFG Alexandre Herbetta estuda a identidade Kalankó. O livro, que é fruto de sua tese de doutorado, foi escrito a partir de oito viagens de campo em grupos indígenas, centros urbanos do Alagoas e a aldeia Kalankó.

Ao JP, Alexandre Herbetta explica a importância das manifestações rituais dos Kalankó e como sua pesquisa o influenciou pessoalmente.

Jornal do Professor - Os Kalankó foram reconhecidos como indígenas apenas em 2003. Qual foi a importância dos rituais do grupo neste sentido?

Alexandre Herbetta - Os rituais, especialmente o ritual musical do toré, foram fundamentais para o processo de reconhecimento oficial dos Kalankó, que se deu graças à Convenção 169 da OIT. Na região sertaneja em questão, o critério usado desde a década de 30 para a tal classificação em indígena ou não indígena é a prática do toré (ritual). Hoje, teoricamente falando, sabemos que a identidade étnica é algo relacionado a auto atribuição e a formação de fronteiras entre nós e os outros – e não a itens culturais. Mesmo assim, é evidente que o toré é um modo como os Kalankó se comunicam com outros povos indígenas da região, com populações não indígenas, entre eles mesmos, com as entidades espirituais e com o Estado nação. O livro em questão trata muito sobre esta capacidade do toré em estabelecer relações.

JP - Em sua pesquisa, o senhor identificou relações entre famílias indígenas e aguabragenenses. Após a análise, você aponta que há um discurso político-jurídico que limita o direito à terra. Quais são as influências desta ambiguidade?

Alexandre - Com base na bibliografia que trata da região em tela e, também, no meu próprio trabalho de campo, é possível afirmar que o processo de ocupação da terra na região da caatinga nordestina – assim como, penso eu, em todo o país – vem junto com um processo de

apagamento das diferenças étnicas. Afinal, há sempre um processo de se conceber regras distintas ao que se classifica como diferente, sejam elas regras positivas ou negativas. Assim, quanto mais se apaga a diferença étnica, mais se abre espaço para a exploração agropecuária. Esta relação fica evidente quando se olha para as classificações político-jurídicas. Os caboclos ou sertanejos, classificações genéricas comumente usadas na região, não têm direito a um território ou a uma educação diferenciada – fazem parte especialmente da população de baixa renda. Assim, enquanto os Kalankó não são classificados juridicamente como indígenas, não podem reivindicar estes direitos. Por isso o reconhecimento oficial obtido em 2003 é muito importante. Além disso, vale notar que o livro questiona a natureza destas classificações. Ora, se se pensa hoje que a maioria da população é sertaneja, enquanto a minoria é indígena, num contexto de homogeneidade cultural, por que não pensar o contrário. Há diversos estudos que apontam para o caráter indígena do sertanejo.

JP - São mais de dez anos de contato com os Kalankó.

No que esta experiência o mudou?

Alexandre - Em primeiro lugar, posso destacar mudanças mais aparentes. Quando fui à aldeia Kalankó pela primeira vez eu era um estudante da graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina. Agora sou professor da UFG. Neste sentido, tive toda minha formação lá, o que significa que me formei em relação a eles e à realidade que vivem. Note-se ainda que foi a maneira de conhecer um Brasil profundo, fora dos grandes centros e dos muros da academia. Do ponto de vista das relações sociais, além de me tornar um pesquisador, me tornei próximo de famílias Kalankó e de outras sertanejas, que sempre me receberam com extrema generosidade. Da perspectiva subjetiva, posso dizer que a luta dos Kalankó e alguns outros valores da vida deles se tornaram marcantes para a minha própria constituição enquanto pessoa. Enfim, certamente, seria outro – bem diferente - se não tivesse vivido tudo isso.

ANOTE - Peles Braiadas: modos de ser Kalankó
Editora Massangana – Fundação Joaquim Nabuco. 262 p.



Alexandre: capacidade do ritual toré estabelece relações

Arquivo



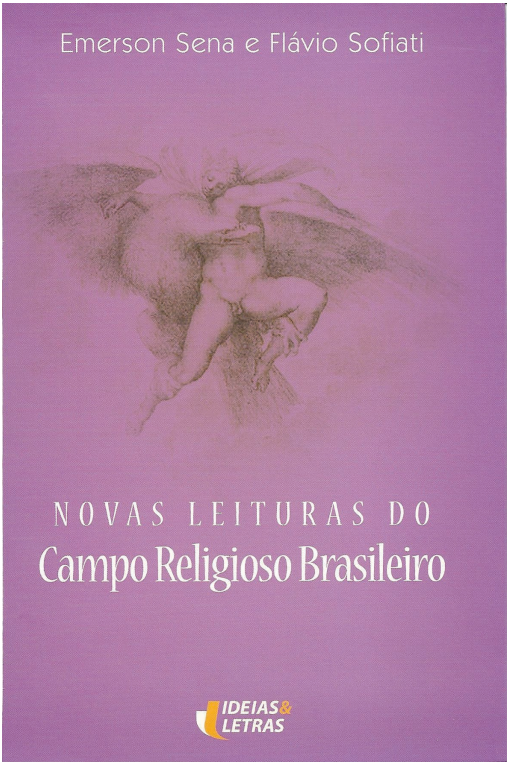
Flávio Sofiati: reatualização das pesquisas sobre campo religioso

Releituras do fenômeno religioso brasileiro

A noção de campo religioso brasileiro se fortalece nas ciências sociais que estudam o fenômeno religioso no Brasil na década de 1990. Influenciada pela teoria de produção e consumo de bens religiosos e relações de concorrência entre as instituições religiosas, proposta por Pierre Bordieu, a ideia pode adquirir a proposta de reunir e mensurar as religiões brasileiras.

Em “Novas leituras do campo religioso brasileiro”, organizado por Flávio Sofiati, professor da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, e Emerson Sena (docente da UFJF), novas propostas de leitura deste campo são apresentadas. A publicação conta com textos escritos por novos pesquisadores orientados ou avaliados pelos organizadores. “Sublinho a criatividade e o rigor presente nos capítulos, que, sem dúvida, reatualizam e inovam as pesquisas sobre o campo religioso brasileiro”, pontua Flávio.

ANOTE - Novas leituras do campo religioso brasileiro
Editora Ideias & Letras
272 p.



COLEMAR ARRUDA

Pilar da Engenharia Elétrica

No cinquentenário do curso de Engenharia Elétrica, o **Jornal do Professor** conversa com primeiro engenheiro eletricitista doutor da unidade, graduado na primeira turma, e hoje professor voluntário

Nos anos 40, Colemar Arruda (*foto*) estava acostumado à lamparina durante as noites em Guapó. Mesmo em Goiânia, para onde ele e sua família se mudaram em 1948, energia elétrica não era comum. E se hoje não há cidade ou mesmo propriedade rural com acesso à eletricidade em Goiás, isso muito se deve a ele.

Formado na primeira turma de Engenharia Elétrica da UFG (1968), Colemar Arruda é um dos nomes mais conhecidos entre engenheiros da Celg. Ele comandou o Departamento de Planejamento da Transmissão de Energia Elétrica da estatal e coordenou um projeto de Cooperação Internacional com o Japão para a eletrificação do Estado.

Também participou de grupos de pesquisa da Eletrobras e do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel). Desenvolveu um programa para o planejamento do sistema elétrico nacional, utilizado durante muito tempo pela Eletrobras, e hoje, aos 71 anos, segue professor voluntário de Sistemas de Potência, a disciplina que estuda distribuição de energia elétrica.

“A energia elétrica entrou na vida das pessoas. Hoje somos dependentes dela. Essa evolução tecnológica entrou no corpo das pessoas, virou parte integrante da vida, do mais pobre ao mais rico. Mas nos anos 60 não existia essa dependência”, lembra Colemar. “Então é necessário que seja contínuo, não pode faltar”.

Primeiro engenheiro eletricitista doutor da Escola de Engenharia, Colemar foi para a Universidade de Stuttgart, na Alemanha, no final dos anos 60, numa época em que raros estudantes se pós graduavam no exterior. Foi de navio. E sem computador.

“Resolvíamos problemas fazendo conta na mão ou com régua de cálculo, não havia máquina de calcular, apenas máquinas simples de somar e subtrair”, lembra. “Nunca imaginávamos o celular... E a Engenharia Elétrica está enfronhada em todos esses aspectos da tecnologia”, reflete, fascinado. “A eletricidade é fascinante, porque a gente não vê, só o seu efeito. É empolgante isso”.

Volto da Alemanha e, no final dos anos 70, seguiu novamente para o exterior. Dessa vez para University of Manchester Institute of Science and Technology (UMIST), na Inglaterra, onde conseguiu título de PhD. “Fui (tanto para Alemanha quanto para Inglaterra) porque não estava satisfeito com o conhecimento que eu tinha. Não havia esse incentivo como tem hoje, que faz parte da carreira estudar além da graduação e ir para o exterior”, diz.

Na época em que foi para Inglaterra, ele já era casado e tinha os filhos. Levou a família junto. “Foi bom, bom demais!”.

VIDA UNIVERSITÁRIA

Além da dedicação à Engenharia Elétrica, Colemar Arruda tem uma história de dedicação à vida institucional da UFG. Participou de várias comissões. Dentre elas, presidiu a CPPD, a Comissão de Alocação de Vagas, comissões de revisão e atualização de resoluções. Também foi chefe do departamento de Eletrotécnica da Escola de Engenharia. Quanto à administração da universidade, carrega a lembrança do ex-reitor Ricardo Bufaiçal. Eles foram colegas durante o pouco tempo na graduação em Física. “Foi ele quem implantou uma postura democrática na universidade, os conselhos, a independência das unidades, algo que colhemos até hoje”, considera.

APOSENTADORIA

“Me aposentei a contragosto. Tenho 71 anos e não tenho problema algum. Por que é que não posso continuar? Esquisito isso”, lamenta Colemar. Ser professor voluntário é diferente da ativa?, perguntamos. “É, mas foi a maneira que encontrei de continuar na universidade. Na universidade a gente vê as coisas acontecerem. Fiquei com receio de me aposentar e perder essa oportunidade de acompanhar essa evolução”.

“Como aposentado só tenho a vantagem de não ter de chegar tão cedo e não sair tão tarde”, diz rindo. “Gosto muito daqui, de viver aqui, de conviver com os alunos, com meus colegas de escola”.

CELG

“Não é difícil dizer qual foi o real problema da Celg. A companhia era viável até o momento em que decidiram vender a Usina de Cachoeira Dourada. Pela lei brasileira, quando se constrói uma usina, temos concessão por 30 anos. O investimento deve ser remunerado depois de 30 anos. Esse era o modelo em 1970”. “A Celg pegou financiamento de banco, construiu Cachoeira Dourada, operou e depois de 30 anos pagou o banco. O custo da energia elétrica a partir disso era nada. E a energia tinha um preço muito baixo, a companhia não tinha que comprar energia, pois produzia. O capital de Cachoeira Dourada estava quase todo pago e um governo achou que deveria mudar. E vendeu. Isso trouxe caos para a Celg.”

